

EDITORIAL

“Crescer e aparecer” ou..... para uma Sociologia da Infância

Oito são os anos de existência da *Revista Educação Sociedade & Culturas*, um número que bem pode ser o de uma das idades de vida da Infância e de um marco num percurso editorial onde, desde a sua nascença, a presença de crianças foi bem-vinda¹.

Oito anos são, também, sensivelmente, o intervalo de tempo que nos permite assinalar o reconhecimento institucional no mundo académico anglo-saxónico e francófono² de um campo nas Ciências Sociais onde a História Social, a Antropologia da Educação e, mais recentemente, a Sociologia, se tornaram um triângulo disciplinar de referência nos estudos sobre/com a infância, quando se trata de desconstruir o paradigma tradicional da infância - a infância vista como uma fase de vida, natural e universal e as crianças como entidades bio-psicológicas, objectos passivos de socialização numa ordem social adulta

¹ Logo em 1994, quando se inicia a publicação da *Revista* e nos seus dois primeiros números se assinalam os artigos de Raul Iturra Georges Augustins, Luiza Cortesão (nº 1), Amélia Frazão, Cristina Rocha e Manuela Ferreira (nº 2)

² A título de exemplo, só em 1990, a Associação Internacional de Sociologia (ISA) autorizou o estabelecimento de um grupo temático de ‘Sociologia da Infância’ (cf Qvortrup, 1994:X) Para uma recensão da emergência e do movimento de uma sociologia da infância no mundo anglo-saxónico - norte-americanos, ingleses e escandinavos - (cf Montandom, 1998) Actualmente apresenta uma comunidade científica já constituída, como nos demonstra uma vasta literatura apoiada em estudos empíricos e debates teóricos que defendem a Sociologia da Infância como campo especializado mas situada no âmbito de uma sociologia geral (entre outros, cf James & Prout, 1997; James, Jenks & Prout, 1998, Corsaro, 1997) Para uma recensão desse mesmo processo e sua referenciação ao caso francês, cf Sirota (1994, 1998)

Esta desconstrução realiza-se segundo um novo paradigma de infância com base nas seguintes perspectivas teóricas e metodológicas: i) a infância é uma construção social; ii) a infância é uma variável da análise social que não pode ser compreendida, senão na sua relação com outras variáveis como o género, classe social, etnia; iii) as culturas e relações sociais das crianças são dignas de ser estudadas em si mesmas; iv) as crianças são e devem ser vistas como seres activos na construção e determinação das suas vidas sociais e dos que as rodeiam; v) a etnografia é uma metodologia particularmente útil porque permite captar uma voz mais directa das crianças e a sua participação na produção de dados sociológicos; vi) a infância é um fenómeno relacionado com a dupla hermenêutica das Ciências Sociais (Giddens, 1976), pelo que proclamar um novo paradigma da sociologia da infância é também envolver-se e dar conta do processo de reconstrução da infância na sociedade (cf. James & Prout, 1997:8).

As origens disciplinares diversas e a sua tradução num leque de temáticas patentes na profusão de estudos sobre a infância, inicialmente, desenvolvidos e dos que se sucederam - as relações entre gerações, as crianças e os dispositivos institucionais criados para elas, as interacções e a cultura das crianças como constitutivas do mundo da infância, as crianças como grupo social, as crianças-alunos e a escolarização, os processos de socialização³ - têm como notas que merecem ser assinaladas, a implicação dos seus investigadores na reivindicação da sua pertença disciplinar ou na declaração da sua contribuição para a construção da *sociologia da infância* e a novidade da sua comum determinação em assumir a "autonomia conceptual" (Qvortrup, 1994:20) das crianças e da infância que as toma directamente como o centro de interesse, a partir de si próprias e não da sua dedução dos quadros instituídos de que alegadamente são/estão dependentes, a família e a escola. Tal "autonomia conceptual" colo-

³ De acordo com Sirota (1998:15-16), a diversidade de origens disciplinares por que se pautam os trabalhos anglo-saxónicos acerca da sociologia da infância - da história à antropologia, passando pela economia, sociologia da educação, estudos feministas - contrasta, no caso francófono, com uma maior circunscrição à sociologia da educação com quem estes sociólogos mantêm fortes ligações. Daí, a surpresa assinalada por Sirota perante a escassez de trabalhos anglo-saxónicos e americanos sobre os alunos e a escolarização, como se sociologia da infância e sociologia da educação se constituíssem de modo autónomo.

ca as crianças em “equidade conceptual” relativamente a outros grupos ou categorias sociais (*idem*), nomeadamente os adultos.

Tornou-se então possível, em conformidade com James & Prout (1998), identificar neste acervo de pesquisa e do ponto de vista das preocupações teóricas que reflectem, quatro grandes modos de constituir sociologicamente a criança, ainda que não esgotem outras possibilidades ou possam não ser compatíveis entre si, ainda que possam, porventura, partilhar determinadas premissas básicas respeitantes a características “sociais” ou da “estrutura social” e ser combinados entre si. Neste sentido, salientam uma abordagem da *criança como construção social*, o que significa, neste caso, e do ponto de vista do construtivismo social, suspender a crença em significados, até então tidos como certos, evidentes e inquestionáveis acerca da infância. A consideração de que o conhecimento e as práticas sociais-familiares, educativas, escolares, jurídicas, etc., que tomam por objecto a sua infância e a sua vida, depende das disposições induzidas de uma consciência construída em relação a contextos sociais, políticos, históricos, morais, obrigando a recuar à tomada de consciência do fenómeno para o desconstruir e depois reconstruir, dando conta de como foi construído, visa assim questionar os quadros conceptuais vigentes. Nestes termos a afirmação de que a imaturidade biológica corresponde a uma característica universal dos grupos humanos, da qual derivam os demais, e não aos modos como esse período da vida humana é entendido - a infância -, uma vez que são histórica, social e culturalmente variáveis, torna-se um outro modo de dizer que só o dado natural é que é universal - por isso é que a infância é uma estrutura - a questão é que ele só ascende à consciência e às práticas sociais por via da cultura. Como esta não existe no vazio social, abre-se assim lugar para que a consideração da historicidade de uma estrutura cuja raiz é biológica. A abordagem da *criança como uma categoria estrutural permanente das nossas sociedades humanas* que nunca desaparece mesmo que os seus membros mudem continuamente e ela própria varie historicamente, procura, com base nas características uniformes pelas quais as crianças são socialmente definidas (por exemplo, a institucionalização da infância, a sua definição legal como menores) e posicionadas em relação a outras formas estruturais - grupos de idades, classes sociais - pelos grupos dominantes, os adultos, chamar a atenção para a partilha de uma posição comum de dependência das crianças e da infância face a outras

gerações, perante quem têm menos poder (Qvortrup, 1993:13-14, 1994:23) Formando um grupo, um corpo de actores sociais e sendo vistas como cidadãos que têm necessidades e direitos, as crianças são aqui conceptualizadas como uma categoria universal - grupo social - que emerge dos constrangimentos que as suas estruturas sociais e económicas particulares lhes colocam. A extensão destes elementos a uma versão mais politizada e com fortes analogias ao movimento das mulheres e às suas preocupações com uma sociedade desigual e estruturalmente discriminatória, afirma a *criança como um grupo minoritário*, dadas as suas relações de subordinação face ao grupo dominante dos adultos e o seu estatuto social que a exclui da plena participação na vida social (Oackley, 1994; Qvortrup, 1994:22). Finalmente, é identificada uma perspectiva da *criança tribal* que ao advogar as *crianças como actores sociais* implicados na construção e determinação das suas próprias vidas, daqueles que a rodeiam e da sociedade onde está integrada, experimentando no quotidiano possibilidades e/ou constrangimentos das estruturas sociais, lhes confere um estatuto semelhante ao de qualquer outro ser social, dado contribuírem para a produção/reprodução da sociedade. "Insurgindo-se" contra a existência de uma concepção singular e universal de infância ou criança que tende a ocultar uma variedade de infâncias e de experiências sociais das crianças, levar a sério o actor social que é a criança é reconhecer a tomada de consciência do seu direito à palavra (i.é: à sua expressão através dos mais variados meios de comunicação), da sua capacidade de produção simbólica e da constituição das suas práticas, representações, crenças e valores, em sistemas organizados de saberes, fazeres e sentires que, transformados em meios de interacção social entre pares, ou seja, em culturas, geram modos de governo próprios às sociedades infantis. Tal exige a sua assunção como repórteres competentes da sua própria experiência e, neste sentido, "dar-lhes a vez e a voz" através do recurso a metodologias etnográficas e interpretativas, convoca os adultos a desafiarem as barreiras do seu próprio adultocentrismo.

Ora, também em Portugal, se fizeram sentir os ecos destas mudanças. O coroar do crescente interesse que no decurso destes oito anos foi emergindo da lenta mas inegável visibilidade resultante da publicação de artigos em revistas, livros, teses de mestrado e doutoramento, colectâneas de textos produzidos

no âmbito de projectos acerca da infância⁴, parece ter encontrado na realização do Congresso Internacional “*Os mundos sociais e culturais da Infância*”⁵ que então se realizou nos primeiros dias do novo milénio e no início do primeiro mestrado em Sociologia da Infância⁶, uma espécie de bom presságio para os tempos vindouros. Quanto mais não seja pelo incentivo à investigação neste domínio e pelo esforço da sua divulgação e, tanto assim foi, que nesse mesmo ano, para além da publicação das actas daquele Congresso⁷, deram à estampa duas revistas temáticas acerca da Infância - *Arquivos da Memória* e *Forum Sociológico*⁸

Contando-se pelos dedos as vezes em que nos seus oito anos de vida, a *Revista Educação Sociedade & Culturas* se privou de um “convívio” tão estimulante e desafiador como aquele que pode ser proporcionado pelas crianças, é motivo de regozijo esta publicação, prosseguir e emparceirar com outros/as neste empreendimento de dar a conhecer uma temática que embora a “*crescer e a aparecer*” está a deixar de ser um “fantasma omnipresente” (Sirota, 1994:145).

Os textos que aqui se apresentam, privilegiando o olhar sociológico sobre as crianças e a infância, procuram então dar conta de alguns trabalhos acerca da realidade portuguesa e brasileira e, ao mesmo tempo, aproveitar a oportunidade para “apresentar” entre nós dois dos principais representantes das correntes anglo-saxónicas contemporâneas da sociologia da infância, dois dos seus pioneiros e dos mais profícuos investigadores - Chris Jenks (Inglaterra) e William Corsaro (EUA). Começamos então na companhia de Manuel Jacinto Sarmento

⁴ A título de exemplo, Iturra (1997); Pinto & Sarmento (1997, 1999); Pinto (1998)

⁵ Uma iniciativa do Centro de Estudos da Criança, realizado em Braga, de 19 a 22 de Janeiro de 2000, que contou com a presença de investigadores de renome no campo da sociologia da infância de onde destacamos, entre outros, Jens Qvortrup, Cléopâtre Montandon, Régine Sirota, Martin Woodhead, David Buckingham

⁶ A decorrer no Centro de Estudos da Criança, Universidade do Minho

⁷ Actas do Congresso Internacional “*Os mundos sociais e culturais da Infância*” (2000), vols I, II, III, Braga, Centro de Estudos da Criança

⁸ *Arquivos da Memória - Educação, jogo e aprendizagem*, Revista do Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa, nº duplo 6/7 e *Forum Sociológico, Dossier. As cores da Infância*, Instituto de Estudos e de Divulgação Sociológica, 2000, nº 3/4 (II série), ambas as revistas da Universidade Nova de Lisboa

que ao inventariar o aumento de alguns dos principais factores e condições de exclusão das gerações mais jovens dos direitos sociais e da cidadania, denuncia as contradições brutais que persistentemente assistem às representações e imagens dominantes das crianças nos últimos 200 anos. Assinalando com igual veemência alguns dos pontos de ruptura que potenciam a construção de alternativas à exclusão social, preconiza a reabilitação da escola pública como espaço cívico de formação onde a promoção e mobilização activa das crianças na refundação dos seus próprios sentidos se afigura como uma das formas de realização dos seus direitos de participação e garante de formas de inclusão. A seguir apresenta-se um estudo de Cristina Rocha, Manuela Ferreira e Tiago Neves que, baseado no uso de estatísticas, é conduzido por uma estratégia metodológica de interrogação de fontes documentais numa relação dialógica com um conjunto de preocupações teóricas tributárias da história social e da sociologia. Receptivos aos conteúdos emergentes que permitem a conceptualização da infância como construção social, os autores sugerem ainda a possibilidade de, a partir da análise documental, se poder captar a agência das crianças, o que convida à relativização do carácter estático e passivo daquelas fontes e da definição conceptual dos objectos por elas permitido. O contexto político, socio-cultural, científico e institucional que intervém na construção social da infância e que se deixa adivinhar neste estudo, é, de alguma forma, retomado e refocado para o campo da educação da infância no trabalho de Eloisa Rocha; uma investigadora brasileira que ao efectuar uma retrospectiva da história da educação da infância europeias, evidencia as linhas de força que atravessam a definição sócio-psico-pedagógica da criança dos 0-6 anos, algumas das especificidades que tal processo se revestiu no nascimento das instituições de educação da infância e a delimitação de um campo de pesquisa pedagógica no Brasil, de que faz um balanço crítico. Mantendo a focagem na educação da Infância, regressamos a Portugal para nos determos nas reflexões de Emília Vilarinho que, ao identificar e discutir algumas das especificidades subjacentes à orientação das actuais políticas de educação pré-escolar, num momento em que a autonomia relativa dos Estados está a ser desafiada pelos processos de globalização e de regulação supranacional, questiona afinal quem é que, em última instância, beneficia com elas e até que ponto os interesses das crianças estão a ser condicionados aos interesses das famílias e do mercado. Perpassando

por todos estes trabalhos, a assunção das crianças e da infância como unidade de observação e análise, uma abordagem que privilegia a análise macro-estrutural - *a criança como categoria estrutural, a criança como construção social* - e onde os "infantes" são ditos pelos "falantes", esta secção prossegue com um trabalho de William Corsaro onde finalmente, as crianças tomam a palavra, falam das suas próprias experiências e nos seus próprios termos. A relevância do trabalho que aqui se apresenta decorre da figura intelectual do seu autor no campo da sociologia da infância, um dos primeiros investigadores a estudar as interacções entre pares, a realizar estudos etnográficos com crianças em contexto de Jardim de Infância (desde 1979) e etnografias comparativas e longitudinais (Itália e EUA) e a promover uma perspectiva interpretativa e construtivista para estudar o processo de socialização das crianças, entendido como um processo de apropriação, inovação e reprodução. Preocupado em observar *como* a participação das crianças em brincadeiras de "faz-de-conta" contribui para a produção e extensão da cultura de pares, procura captar os seus pontos de vista, as questões que colocam, os significados que atribuem, individual e colectivamente ao mundo que as rodeia, como forma de, simultaneamente, revelar como é que elas, através da *reprodução interpretativa* do mundo adulto, contribuem tanto para a produção como para a reprodução e transformação da cultura dos grupos de pares e, ao fazê-lo, da cultura adulta. Podendo considerar-se que o seu trabalho representa uma abordagem de tipo *criança tribal*, o que importa igualmente realçar é que a sua análise micro-social não se reduz exclusivamente ao quadro das interacções entre crianças; pelo contrário, toma em consideração a acção, a experiência e a competência social das crianças para procurar esclarecer as formas como as propriedades estruturais dos sistemas sociais são, ao mesmo tempo, condição e resultado da acção dos seus agentes. Esta secção encerra com o contributo de Raúl Iturra, um conviva habitual desta *Revista* e uma figura incontornável quando se trata de compreender, nos processos de transmissão do saber que alicerçam a racionalidade da reprodução social, os modos como as crianças constroem e recriam o mundo, a partir do observado e vivido no mundo dos/com os mais velhos, i.é: uma epistemologia da infância. Ao começar por nos dar conta das diferentes concepções que se foi revestindo o conceito de epistemologia o autor, posiciona-se para nos lembrar que epistemologia não é apenas uma

debate filosófico sobre a origem do saber mas uma interrogação das formas e maneiras como a realidade foi/é organizada, aprendida e transmitida entre gerações e para, nessa perspectiva, sermos capazes de compreender as formas de entender a tensão da lógica da criança e a onnipotente sabedoria que o adulto pretende ter sobre esse saber infantil

A experiência do vivido que consistiu em visionar, analisar, confrontar e debater imagens de criança e de infância representadas em filmes, é o que se propõe realizar a secção “Diálogos sobre o vivido”, através da “devolução” das falas mantidas entre comentadores/as de campos disciplinares diversos – Isabel Alves Costa *vs.* Manuel Matos, Celina Manita *vs.* Cândido Agra, Milice Ribeiro dos Santos *vs.* Teresa Seabra –, a que se segue um comentário final de Cristina Rocha que procura captar as perplexidades que desassossegam as dicotomias reinantes entre adultos e crianças

A secção “Arquivo” honra-nos com um texto de Chris Jenks que, de uma perspectiva socio-construtivista, enquadra e discute criticamente as teorias da socialização (Parsons) e as do desenvolvimento psicológico (Piaget) fundadoras de paradigmas que têm perdurado até hoje e ainda constituem uma aliança analítica que monopoliza os modos como se concebe a criança no domínio da teoria social. Procurando integrar o projecto de uma sociologia da infância no âmbito das preocupações centrais da sua disciplina-mãe, defende que a ideia de infância é um constructo social e não algo de natural, pelo que o significado da criança enquanto ser social deriva do seu lugar e do seu propósito teóricos como tal. Daí que a sua sugestão seja a de que “uma sociologia da infância deve nascer das práticas constitutivas na base da criança e da relação criança-adulto”.

Finalmente, este número temático da Revista termina com “Recensões” de quatro obras resultantes de investigações sobre a realidade portuguesa que procuram, a partir de áreas disciplinares distintas, abordar directa ou indirectamente, a problemática da infância e as crianças. As duas primeiras, indissociáveis da polémica que tem contribuído para trazer ao grande público o debate em torno da *crise social da infância*, formuladas por via do *trabalho infantil* e da *televisão no quotidiano das crianças*, destacam-se por tomarem as crianças como principal sujeito/objecto de estudo, mas, sobretudo por, ao privilegiarem os seus quotidianos, relevarem o papel activo que assumem como actores sociais: no primeiro caso porque participam com a sua força de trabalho na reprodução

socioeconómica de unidades produtivas familiares no espaço social rural, no segundo, porque perante a TV não se limitam a ser meros espectadores passivos; em ambos, porque quando as escutamos nos seus próprios termos, somos confrontados com alguém que se nos mostra protagonista das suas experiências de vida e capaz de realizar escolhas selectivas de acordo com os seus interesses. E, sobretudo, na posse de um pensamento dotado de opiniões próprias, reflexividade e competências críticas. A terceira obra, adoptando uma abordagem macro-social, questiona a construção das políticas de educação pré-escolar produzidas entre 1977-1997, através da análise do papel do Estado na definição e desenvolvimento da rede pública de Jardins de Infância. Nesta sequência, afigurou-se-nos pertinente incluir neste espaço, a recensão de uma obra que ao dar visibilidade e contribuir para o reconhecimento social do trabalho das educadoras de infância e deste sector de educação, regressa ao quotidiano de um Jardim de Infância, para, na aposta da construção de uma comunidade de crianças onde elas aprendem práticas de cidadania, se endereçar, em última instância, à infância. A maioria destas recensões, efectuadas por educadoras de infância que se encontram simultaneamente envolvidas, quer no trabalho directo com crianças, quer em diversos mestrados onde prosseguem a sua reflexão sobre a problemática da infância e das crianças, procura assim fazer jus ao contributo destas obras, tanto do seu ponto de vista teórico como do seu potencial heurístico.

Manuela Ferreira

Referências bibliográficas

- ITURRA, R. (1997) *O imaginário das crianças, os silêncios da cultura oral*. Lisboa: Fim de Século
- Montandon, C. (1998) "La sociologie de l'enfance: l'essor des travaux en langue anglaise", in *Éducation et Sociétés, Revue Internationale de Sociologie de l'éducation* 2, Sociologie de l'enfance 1. Bruxelles: De Boeck & Lacier, 91-118
- OACKLEY (1994) "Women and children, first and last: parallels and differences between children's and women's studies", in Mayall, B. (Org.), *Children's childhoods observed and experienced*, 13-32

- PINTO, G A (1998), *O trabalho das crianças, de pequenino é que se torce o pepino (e o destino)*, Oeiras: Celta Editora
- PINTO, M e SARMENTO, M J (Orgs) (1997), *As crianças, contextos e identidades* Braga: Centro de Estudos da Criança, Universidade do Minho
- PINTO, M e SARMENTO, M J (1999) *Saberes sobre as crianças, para uma bibliografia sobre a infância e as crianças em Portugal (1974 1998)*. Braga: Centro de Estudos da Criança, Universidade do Minho
- SIROTA, R (1994) "L'enfant dans la sociologie de l'éducation: un fantôme ressuscité?", *Revue de L'institut de Sociologie*, Enfances et Sciences Sociales, 1-2, Université Libre de Bruxelles, 147-166
- SIROTA, R (1998) "L'émergence d'une sociologie de l'enfance: évolution de l'objet, évolution du regard", *Education et Sociétés, Revue Internationale de Sociologie de L'éducation*, n° 2 Bruxelles: De Boeck & Larcier, 9-34
- QVORIRUP, J (Org) (1993), *Childhood as a social phenomenon lessons from an international project*, Report 47 Vienna, Austria: European Centre for Social Welfare Policy and Research, 13-14
- QVORIRUP, J et al (Org) (1994), *Childhood matters: social theory, practice and politics*. Aldershot: Avebury, 22-23